



*[Handwritten signatures and initials]*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

### ATA Nº 05/2023

#### RELATIVA À PRIMEIRA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE JUNHO, DO CORRENTE ANO, DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE, REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS - Quadriênio 2021-2025

No dia vinte e sete de junho de dois mil e vinte e três, no auditório do Centro Cultural de Samora Correia, realizou-se a primeira reunião da sessão ordinária de junho, do corrente ano, da Assembleia Municipal de Benavente, relativa ao quadriênio de dois mil e vinte e um a dois mil e vinte e cinco, com a seguinte Ordem do Dia:

#### **PONTO 1 – APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS –**

**Exercício de 2022** – Apreciação e votação, nos termos das disposições conjugadas do número dois do artigo septuagésimo sexto da Lei número setenta e três barra dois mil e treze, de três de setembro e da alínea l) do número dois do artigo vigésimo quinto, do anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, nas suas redações vigentes;

#### **PONTO 2 – 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2023 –**

Discussão e eventual aprovação, nos termos da alínea a) do número um do artigo vigésimo quinto do Anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua redação vigente;

#### **PONTO 3 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2023 –**

Apreciação e votação, nos termos conjugados da alínea o) do número um do artigo vigésimo quinto do Anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, e do número quatro do artigo vigésimo nono da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei número trinta e cinco barra dois mil e catorze, de vinte de junho;

#### **PONTO 4 – PROJETO DE REGULAMENTO DO SISTEMA DE BICICLETAS PARTILHADAS DO MUNICÍPIO DE BENAVENTE –**

Relatório, incluindo a apreciação dos contributos em fase de 2.ª consulta pública, e proposta de redação final do projeto do regulamento municipal – Apreciação e votação, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/09, na redação atual;

#### **PONTO 5 – INFORMAÇÃO A PRESTAR NO ÂMBITO DA AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS E DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O MESMO EFEITO –**

A conhecimento;

#### **PONTO 6 – ACOMPANHAMENTO DA ATIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL –**

Apreciação de uma informação escrita do sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos da alínea c) do número dois do artigo vigésimo quinto, ambos do anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua redação vigente;

#### **PONTO 7 – APRECIACÃO POR TODOS OS ELEITOS, DO DESPACHO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE, DATADO DE 30 DE MAIO DE 2023, RELATIVO AO FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES ESPECÍFICAS, NO QUE SE REFERE À SUA APLICABILIDADE E SUA EFICÁCIA.**

Justificou a ausência, por motivos pessoais, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Mário Rui Filipe Santos, tendo sido substituído no cargo, interinamente, pela senhora Primeira Secretária da Mesa, Maria Gertrudes de Oliveira Borracha Pardão, nos termos do número dois do artigo dezasseis, do



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Regimento. Como elemento seguinte na lista de ordenação de candidatos da CDU, foi convocada a eleita Maria Lucinda de Sousa Martins.

Verificou-se a presença dos seguintes eleitos: - Maria Gertrudes de Oliveira Borracha Pardão, Primeira Secretária da Mesa, José Duarte Salgueiro, Segundo Secretário da Mesa, Irina Noel Matias Batista, Mário Jorge Campos Pereira, António Paulo Ramos dos Reis, Joaquim Correia Castanheiro, Inês Branco de Almeida Vieira Correia, Presidente da Junta de Freguesia de Benavente e Augusto José Ferreira Marques, Presidente da Junta de Freguesia de Samora Correia, todos em representação da CDU-Coligação Democrática Unitária; - Ricardo Alexandre Frade de Oliveira, Cristina Maria de Carvalho Borges da Silva Branco, Dora Isabel Lúcio Morgado, Rui Carlos Carvalho Feijoca, Nádía Isabel Pernes da Silva Matos, Armando Batista de Almeida, e Nelson Alexandre da Silva Norte, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estevão, todos em representação do PPD/PSD-Partido Social Democrata; - António José Rabaça Silva Ribeiro, Cláudia Sofia Gordo Martins, Pedro Alexandre Santos Gameiro, António Manuel Quaresma Serrano Galveia e Ana Margarida da Silva Fonseca, Presidente da Junta de Freguesia da Barrosa, todos em representação do PS-Partido Socialista; - Cristina Isabel Gonçalves Vicente Brandão, Paulo Alexandre Fonseca Cardoso e João Amândio Cação da Cruz, em representação do Partido CHEGA; - Bruno Manuel Soares Nepomuceno, em representação única da CIMB-Candidatura Independente pelo Município de Benavente.

Marcaram, igualmente, presença a sra. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Fátima Catarina Gândara Gonçalves Costa Pinheiro do Vale, substituta legal do sr. Presidente da Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 do art.º 57.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação vigente, e os senhores Vereadores Hélio Manuel Faria Justino, em representação da CDU, José Manuel Valente Nunes Azevedo, em representação do PS, Sónia Patrícia da Silva Ferreira Quintino e Luís Miguel Neves Feitor, em representação do PSD e Milena Alexandra Boto e Castro, em representação do Partido CHEGA.

Confirmada a existência de quórum, **a senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em exercício**, declarou aberta a sessão pelas vinte horas e quarenta e um minutos, com a presença de vinte e cinco eleitos. Iniciou os trabalhos, dando as boas vindas a todos os presentes, assim como àqueles que seguem a emissão através das redes sociais. Por se encontrar a presidir aos trabalhos da sessão, pela razão já invocada anteriormente e para completar a Mesa, convidou a eleita **Irina Noel Matias Batista** a ocupar o lugar de Segunda Secretária, passando o Segundo Secretário, sr. José Duarte Salgueiro, a exercer as funções de Primeiro Secretário. Não houve qualquer objeção ao procedimento.

Na continuação daquilo que tem sido uma das marcas de atuação da Assembleia Municipal, no mandato atual, relevou a importância da sessão se realizar em Samora Correia, como incentivo à participação ativa dos cidadãos na vida pública, aproximando-os das instituições que os representam.

Lembrou os eleitos para assinarem o Livro de Ponto e elencou a documentação incluída nas pastas dos eleitos: - cópias das deliberações da Câmara Municipal tomadas em reunião de 19.06.2023, cuja ata foi aprovada na reunião de ontem, dia 26.06.2023, correspondentes aos pontos 1, 2, 3 e 4 da Ordem de Trabalhos; - cópia de Proposta de Moção, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, de solidariedade para com os trabalhadores da empresa CTR, assim como dos Relatórios da Certificação Legal das Contas Consolidadas de 2022, elaborados pelos auditores externos, rececionados no dia de hoje, 27/6 e, por último, cópias do expediente relacionado com um pedido de alteração à Ordem do Dia, apresentado pelo eleito António José Rabaça, já considerado, bem como de um pedido de autorização para a introdução de um ponto extra, da iniciativa do Grupo Municipal do CHEGA, sobre a Revisão do Regimento da AM. Todos os documentos enunciados, foram enviados a conhecimento prévio dos eleitos, através de email.



*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Seguiu-se o PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO, para o qual se inscreveram os seguintes elementos:

1º. Pedro Campos Leal, residente em Samora Correia; 2º. Manuel Silva, residente em Samora Correia; 3º. Filomena Freitas Agueira, residente em Santo Estevão; 4º. Nelson da Silva Lopes, residente em Samora Correia; 5º. Pedro Gabriel Pedemeira Galrito; residente em Samora Correia, 6º. Pedro Barradas, residente em Samora Correia.

O sr. **Pedro Campos Leal** iniciou a sua intervenção, parabenizando a Mesa da Assembleia Municipal de Benavente pela iniciativa de promover a descentralização das sessões de trabalho. Em representação de um grupo de pais e de encarregados de educação, presentes na sessão, abordou um assunto que os tem vindo a preocupar: o facto de não ter sido renovada a **matrícula dos seus educandos, 17 crianças, na passagem para o ensino pré-escolar, por parte da Fundação Padre Tobias, de Samora Correia**. Embora a situação tenha sido equacionada há cerca de dois anos atrás, considera o tempo decorrido suficiente para resolver o problema, face às dificuldades que o mesmo acarreta, sobretudo, ao nível da ocupação laboral dos pais, sem terem alternativas onde as deixar.

Na sequência, questionou a atuação da Câmara Municipal e da Fundação, durante esses dois anos, exigindo que fosse dada uma resposta às famílias envolvidas, uma vez que chegou ao seu conhecimento que o Município teria assumido a entrada dessas crianças no sistema público.

Questionou, igualmente, se o Executivo tinha em mente algum plano estratégico para fazer face ao crescimento populacional do Município. Com o objetivo de atenuar o problema, aplaudiu a iniciativa da Câmara Municipal de promover a aquisição do edifício da Escola "Miúdos & Companhia". Contudo, não compreende que, passado um ano, a sua reabertura ainda esteja por acontecer.

O sr. **Manuel Silva, em representação da ASASC-Associação Social Amigos de Samora Correia** trouxe a debate o tema da **insegurança**, sentida pela onda de assaltos de que está a ser alvo a cidade de Samora Correia, nomeadamente, em restaurantes, cafés, moradias particulares, e com os próprios cidadãos. Alertou que a dimensão do problema supera aquilo que é veiculado pelos órgãos de informação, tendo em conta que a maioria dos assaltos nem sequer é reportada por grande parte das vítimas, por receios vários. Ainda que fale pela ASASC, pensa que se trata de uma preocupação extensiva a toda a população de Samora Correia. Para evitar o seu agravamento, considera premente a tomada de medidas, não só de carácter interventivo, como, também, de prevenção e de dissuasão, que permitam combater os índices de violência e de criminalidade existentes.

Não obstante tencionar avançar com um debate público para discutir o problema, apresentou algumas propostas que, no seu entender, poderão servir de alavanca para recolocar a cidade num clima de maior segurança urbana, que passam: - pelo reforço do papel interventivo dos próprios comerciantes junto das autoridades, que deveriam ser incentivados a organizarem-se e a fomentar a partilha de informação. - pela implementação de sistemas de videovigilância nas ruas de Samora Correia; - por um maior apoio à integração da população migrante na comunidade; - pelo aumento dos recursos afetos às forças da GNR, incluindo a melhoria das instalações do Posto de Samora Correia; - pela criação de uma polícia municipal, que alivie as responsabilidades da GNR.

O enfoque principal da intervenção da sra. **Filomena Freitas**, incidiu sobre a **situação da saúde na área do Município**.

Trata-se, para si, de um problema bastante explícito que continua a persistir no concelho. Nesse sentido, colocou duas questões ao Executivo: - se os médicos colocados no Centro de Saúde de Benavente, no



*[Handwritten signature]*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

SAP, e no Posto Médico de Santo Estevão, são tarefeiros, especialistas em medicina familiar, ou, eventualmente, contratados. O vínculo que os liga ao sistema de saúde tem reflexos na forma de atendimento ao utente, do ponto de vista daquilo que é a relação próxima que deveria existir entre as duas partes.

Relatou um caso, chegado ao seu conhecimento: - no Posto Médico dos Foros de Almada, que substitui o de Santo Estevão, por se encontrar em obras, o médico que estava de serviço, na altura, recusou passar uma receita médica a uma senhora, diabética, que acompanhava a mãe numa consulta, alegando que havia uma lista de espera para receituário com mais de um mês. Essa situação levou-a a que se tivesse de deslocar, por duas vezes, ao SAP de Benavente, sem sucesso. Da última vez, solicitou o livro de reclamações para manifestar o seu descontentamento, mas, até aí, revelou-se um procedimento confuso, com alegações e contra-alegações que não era ali que devia reclamar, mas, sim, no Posto Médico de onde provinha, até que, face ao burburinho instalado, o médico de serviço apercebeu-se daquilo que se passava, prontificando-se a ajudá-la. Consultou-a e prescreveu-lhe a medicação necessária, pela qual tanto ansiava, com a agravante de ser diabética.

Perante o ocorrido, num cenário onde se encontravam, igualmente, utentes de Vila Franca de Xira à espera de serem consultados, mostrou-se indignada por ter sido necessário reclamar para que fosse passada uma simples receita médica a uma utente, vinda de Santo Estevão. Sendo a saúde um ponto de partida para o bem-estar de toda a população, terminou, deixando no ar a pergunta se a reclamação era a única via de solução para se conseguir uma receita médica que, no caso, era destinada a um tratamento de tipo continuado.

O sr. **Nelson Lopes** congratulou-se, igualmente, pela sessão da Assembleia Municipal decorrer em Samora Correia. Contudo, considera que o **formato descentralizado das sessões poderia ser mais atrativo aos "olhos" da população, se a sua divulgação fosse mais ampliada e reforçada**. Para o efeito, sugeriu que fossem tidos em conta um conjunto de aspetos, que enunciou: - que o Edital de convocação referisse a possibilidade do público intervir; - que a Ordem do Dia das sessões incluísse temas do interesse para a própria freguesia; - que a sua divulgação nas redes sociais, fosse mais diversificada, com intervenções dos próprios eleitos, a incitarem e a convidarem à sua participação, tal como os serviços da Câmara Municipal têm feito em relação aos eventos culturais da sua iniciativa.

Subscreveu as preocupações manifestadas em relação ao **setor da saúde**, reportando um caso que aconteceu com um familiar seu, que sofre de problemas respiratórios. Pelo facto da USF de Samora Correia só abrir às 8 horas e não realizar consultas aos sábados, que não estejam programadas, teve de se deslocar com esse seu familiar ao SAP de Benavente, cerca das 7.30 horas da manhã. Contou que, numa fase inicial, esse atendimento foi-lhe recusado, com o argumento de se tratar de uma utente de Samora Correia, mas a forma insistente e persistente com que abordou os funcionários, face ao estado de emergência em que a doente se encontrava, no limite com falta de ar, sensibilizou a médica de serviço, que acabou por a atender. No caso de não o ter feito, provavelmente, teria de se deslocar ao hospital de Vila Franca de Xira, com todas as consequências negativas que poderiam daí resultar.

Mencionou que, relatos deste tipo, lhe chegam a conhecimento todas as semanas, que ilustram bem a forma impressionante como a saúde está a ser gerida na área do Município. Há que assumir que o serviço de saúde do concelho necessita de ser reestruturado, colocando o interesse público à frente dos restantes interesses, sem bairrismos.

Do seu ponto de vista, não existe falta de médicos, porque nas USF, tipo B, logo que surgem vagas, as mesmas são, imediatamente, preenchidas, o que significa que, ao invés daquilo que se passa com o



*[Handwritten signature and initials]*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

"*comum*" dos médicos que presta serviço, por exemplo, numa UCSP, como a de Benavente, as condições que lhes são oferecidas por uma USF, tipo B, são muito mais atrativas, em termos de majoração salarial e outras. Daí que julgue ser necessária a extensão dessas mesmas condições a todos os médicos, para que haja equidade no seu sistema remuneratório, o que, a acontecer, contribuirá, certamente, para mitigar o problema.

Considera que a USF de Samora Correia tem todas as condições para dispor de um serviço de urgência, a funcionar durante 24 horas, precisando, para isso, de ser apetrechado com mais equipamento médico, adequado a essas funções. Deu nota da existência de um gabinete de dentista, onde foram investidos cerca de 60 mil euros, e que se encontra há cerca de dois anos à espera de abrir ao público utente.

Antes de terminar, listou uma série de assuntos, a esclarecer pelo Executivo:

- **Retirada do trânsito pesado na travessia da EN 118, em Samora Correia**, obra que disse ter sido prometida, mas sem qualquer concretização até ao momento;
- Ponto de situação do **Parque de Pesados da Murteira**;
- **Falta de estacionamento em Samora Correia**: propôs o aproveitamento de terrenos aptos a esse fim, que envolvem custos baixos e que poderiam contribuir para aumentar as bolsas de estacionamento na cidade. Propôs, ainda, a criação de incentivos para que os cidadãos deixem de estacionar os carros no centro, numa perspetiva de beneficiar as condições de mobilidade das suas ruas e praças.
- Qual o Interesse na **aquisição do cinema de Samora Correia**;
- Em que fase se encontra o processo de **aquisição do pavilhão da ARCAS**;
- **Programa de ocupação de tempos livres "Férias Jovens"**. Discorda do modo como estão a decorrer essas inscrições, revelando que, logo no primeiro dia, as mesmas esgotaram, passadas que foram, apenas, três horas. Lançou o *remoque* de qual será a ligação que, eventualmente, possa existir entre os contemplados e os funcionários, os eleitos, ou, porventura, "*as pessoas que têm poder na Freguesia!*", atribuindo semelhanças ao sistema de reserva de bilhetes para os eventos que se realizam no centro cultural de Samora Correia, a que, igualmente, se opõe.

No seu entender, a oportunidade deveria ser dada àqueles que mais necessitam e não aos que conseguem ter acesso a informação mais privilegiada, que lhes permite chegar mais depressa àquilo que pretendem. Nesse sentido, propôs que fosse criado um Regulamento que defina as condições de acesso ao programa, de forma a beneficiar os que mais precisam, acrescentando que as iniciativas da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia deveriam ter sempre em conta a condição social e económica da família, entre vários fatores.

- **Processos de atribuição de Bolsas de Estudo**. Acha injusto que, ao abrigo da **Proteção de Dados**, não sejam relevados os nomes dos alunos candidatos, sendo, somente, considerados como números, enquanto que os Municípios vizinhos organizam cerimónias de entregas de prémios ou de bolsas, divulgando os seus nomes.

- Se já existe **recinto próprio para a picaria**, uma vez que se estão a aproximar as festas de agosto;
- Ponto de **situação relativamente às bicicletas partilhadas**. Vaticinou que o projeto está condenado à nascença, porque para além de terem já decorrido 6 anos desde a sua aquisição, daquilo que lhe é dado saber, a sua implementação nos Municípios associados da CIMLT, não está a dar o resultado que se esperava.



*[Handwritten signatures and initials in the top right corner.]*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Seguiu-se a intervenção do **sr. Pedro Galrito**. Como residente na **Rua D. Paio Peres Correia, na Urbanização do Brejo, em Samora Correia**, deu nota da indicação transmitida pelo sr. Presidente da Junta de Freguesia, no decorrer da sessão da Assembleia de Freguesia, realizada em dezembro último, de que iriam acontecer **obras de requalificação naquela artéria**. Questionou o Executivo para quando se prevê o início e o término dessas obras, lançando a crítica que as obras em Samora Correia têm habitualmente um tempo de duração de 2 a 3 anos.

Por último, interveio o **sr. Pedro Barradas**. Equacionou a possibilidade de ser colocado um segundo espelho retrovisor no cruzamento da Rua da Carregueira com a Estrada da Samorena, em Samora Correia, que possibilite melhores condições de visibilidade e de segurança rodoviária, para quem circule na zona.

Findas as intervenções por parte do público, a **sra. Presidente da Assembleia Municipal, em exercício**, respondeu ao sr. Nelson Lopes, no ponto referente ao órgão deliberativo. Transmitiu que as suas sugestões de dar maior divulgação às sessões da Assembleia Municipal, iriam ser tidas em conta.

Dada a palavra à **sra. Vice-Presidente da Câmara Municipal**, para prestar os esclarecimentos suscitados, afirmou o seguinte:

Após os cumprimentos habituais, justificou que a ausência do sr. Presidente da Câmara Municipal se devia a um problema de saúde, com origem num AVC, ocorrido em abril passado. Por recomendação médica, viu-se obrigado a reduzir a sua atividade profissional, ainda que continue a acompanhar, diariamente, a gestão da Câmara Municipal. Mencionou, igualmente, que iria procurar responder a todas as questões colocadas, contudo, caso a informação disponível se revelasse insuficiente para o esclarecimento total de alguma das dúvidas colocadas, reservava-se no direito de fazer chegar essa informação mais tarde aos munícipes.

**Ao sr. Pedro Leal**, respondeu que subscrevia inteiramente a preocupação sentida pelos pais, por não vislumbrarem, de momento, uma solução que lhes permita dar continuidade ao processo de ensino e de aprendizagem dos seus filhos, sobretudo, por parte, da **Fundação Padre Tobias**.

Enquadrou que o Município, em articulação com os Agrupamentos de Escola do Município, no caso o de Samora Correia, tem vindo a trabalhar com o objetivo de dar resposta a todas as situações que se apresentam. Recentemente, chegou-lhe, igualmente, a conhecimento a intenção da Fundação Padre Tobias de não dar continuidade a duas turmas do ensino pré-escolar.

Sensível ao problema, referiu que a Câmara Municipal decidiu incluir na Revisão orçamental agendada para a sessão, uma rubrica destinada a custear as obras de ampliação do Jardim de Infância da Lezíria. Admite que possa não ter os efeitos imediatos que se desejam, mas, não deixa de refletir a sua preocupação em desenvolver soluções, pelo menos, no curto/médio prazo. Revelou, ainda que, em termos de estratégia futura de planeamento, a Câmara Municipal, no âmbito da CIMLT, está a desenvolver a **Carta Educativa**, para atender aos desafios crescentes que o Município enfrenta, sobretudo ao nível dos efeitos que se fazem sentir com o aumento da população escolar. Explicou que se trata de um instrumento de gestão que prevê a construção de equipamentos escolares, que se estendem a todos os graus de ensino, incluindo o secundário. Está sujeito à aprovação do Conselho Municipal, da Câmara Municipal, da DGESTE e, por fim, do órgão deliberativo Municipal, cuja tramitação processual decorre.

Reconhece a necessidade de serem criadas soluções, com efeitos mais imediatos, tendo dirigido uma mensagem de esperança ao grupo de pais presentes, na expectativa de que será encontrada uma resolução, ainda, a tempo do início do próximo ano letivo. Deu conhecimento que no dia seguinte, 28 de junho, irá ter lugar uma reunião conjunta com o sr. Delegado Regional da DGESTE que permitirá avaliar a situação da rede escolar do Município.



*[Handwritten signatures and initials in the top right corner.]*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Ainda no campo das ações desenvolvidas pela autarquia, confirmou a aquisição de um edifício, onde funcionava o colégio "Miúdos & Companhia" que, no momento, passa por um processo de alteração ao projeto inicial, a que se seguirá o pedido de parecer aos serviços da Segurança Social. Logo que obtido, tenciona-se estabelecer um protocolo com a Fundação Padre Tobias, no sentido de serem criadas mais vagas, na valência de "creche", prevendo-se que o mesmo possa acontecer no decurso do próximo mês de outubro.

A terminar o tema, colocou à disposição dos pais, se necessário, um contacto da Câmara Municipal com o propósito de os manter informados sobre o evoluir da situação.

Mostrou-se solidária com os acontecimentos relatados pelo **sr. Manuel Silva**, que levaram à criação de um **sentimento de insegurança em Samora Correia**, que estendeu a todos os agentes que intervêm na comunidade, autarcas, munícipes, forças de segurança, população em geral.

Ainda que não se trate de uma competência da Administração Local, sublinhou que nada demove a autarquia de tentar encontrar vias de solução para o problema. A Câmara Municipal tem tido uma abordagem próxima com os srs. comandantes dos Postos Territoriais de Benavente e de Samora Correia, assim como com o sr. Comandante do destacamento de Coruche, da GNR, prevendo que haja, em breve, alguma alteração naquilo que são os parâmetros de intervenção da GNR.

Observou que o rácio de agentes na área do Município está a ser cumprido. Saliu que a autarquia tem vindo a insistir, junto do Ministério da Administração Interna, para a necessidade de serem melhoradas as condições de funcionamento dos dois Postos Territoriais, processo que não se tem revelado nada fácil. Ainda que não sejam as desejáveis, a autarquia tem colaborado na concretização de determinadas obras, que têm permitido melhorar o seu funcionamento. O diálogo permanente que tem sido mantido entre o Município e os srs. comandantes, tem-se revelado profícuo, sendo intenção reforçá-lo. Crê que a situação tenha tendência a melhorar.

Relativamente à sugestão de serem implementadas câmaras de vigilância em determinados locais, sabe que é uma operação que obedece a condicionalismos legais. Contudo, prontificou-se a falar no assunto numa reunião próxima com os srs. comandantes da GNR.

Quanto à exposição apresentada pela **sra. Filomena Freitas**, assinalou o interesse que o **tema da saúde** tem tido por parte da Câmara e da Assembleia Municipal. Evidenciou a assimetria existente entre Samora Correia, onde a USF funciona em plenas condições e com um bom atendimento, e Benavente, Santo Estevão, Barrosa, Foros da Charneca e Foros de Almada, onde ressaltam muitas fragilidades que impedem o seu bom funcionamento.

Não compreende a posição assumida pela sra. ex-Diretora do ACS do Estuário do Tejo, quando deu instruções ao **SAP de Benavente** para não atender utentes que disponham de médico de família, limitando-o, aos que provêm de unidades que não estejam em período de funcionamento, o que poderá levar, por vezes, a um atendimento deficitário. Exemplo disso, foi o caso relatado pelo sr. Nelson Lopes, a que não é alheio a situação precária dos médicos, que lá prestam serviço.

Referiu-se, igualmente, ao trabalho que foi desenvolvido pela Assembleia Municipal, com base no qual o sr. Presidente da Câmara Municipal tem vindo a estabelecer contactos com o senhor Ministro da Saúde, na perspectiva de vir a ser criada uma USF, modelo B, em Benavente. Aquilo que retira das três reuniões já realizadas, é que o projeto em causa não será deferido. O Governo aposta na criação de novas ULS- Unidades Locais de Saúde, por serem as que garantem melhores condições aos profissionais de saúde e aos utentes. Apesar do pouco otimismo, espera que a intenção se concretize, como um primeiro passo



*[Handwritten signatures and initials]*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

para qualificar a profissão, nomeadamente, em termos salariais, de modo a atrair mais médicos para o Município.

Recordou que o **Posto médico de Santo Estevão** está a ser alvo de obras de requalificação, sendo substituído, enquanto durarem as mesmas, pelo Posto de Foros de Almada, servindo os utentes de Foros de Almada, Foros da Charneca e de Santo Estevão. O médico que lá presta serviço, na situação de aposentado, desloca-se ao local duas vezes por semana. Dos contactos que tem tido com ele, tem demonstrado indisponibilidade para aumentar a carga horária ao serviço do posto médico, por ter outras opções. A ideia é tentar encontrar um outro médico que possa complementar ou completar as horas que faltam naquela unidade de saúde. Quanto ao seu desempenho como médico, o reporte dos utentes tem sido satisfatório e do seu agrado.

Lamentou o episódio descrito pela munícipe. O funcionamento das Unidades de Saúde obedece a regras que têm de ser respeitadas, mas, perante a inexistência de soluções que sirvam o utente, o recurso a soluções de proximidade surge como sendo natural. Não estando por dentro daquilo que aconteceu, julga que o médico podia ter resolvido o caso.

Acerca das outras matérias abordadas pelo **sr. Nelson Silva Lopes**:

- Lastimou que o **SAP de Benavente** só tenha atendido a doente, a que se referiu, depois de muita insistência, tendo em conta que a USF de Samora Correia só abria às 8 horas;
- Confirmou a existência de um **gabinete de higienista oral nas instalações da USF de Samora Correia**. Ao que lhe é dado saber, encontra-se numa fase de início de atividade, aguardando-se que comece a dar a resposta necessária aos utentes;
- Informou que, em relação à **retirada do trânsito pesado da travessia de Samora Correia**, existia um projeto da IP-Infraestruturas de Portugal, de requalificação da EN 118, entre Alcochete e Almeirim, no âmbito de um programa de segurança rodoviária. Assinalou que o sr. Presidente da Câmara tem vindo a reivindicar, desde há muito, a necessidade dessa obra viária. Sabe-se que o projeto de requalificação já foi iniciado, com um período de execução de cerca de dois anos, sendo expectável que o mesmo venha a integrar essa pretensão;
- Transmitiu que é intenção da autarquia adquirir alguns terrenos para **construir as tais bolsas de estacionamento**, para fazer face à diminuição de lugares de estacionamento, que resultaram das obras de requalificação do centro histórico. Quanto às **coimas que têm sido aplicadas**, recordou que a autarquia, numa ação preventiva e pedagógica, teve o cuidado de informar previamente os munícipes, quer em Benavente, quer em Samora Correia, para a sua eventual aplicação, no caso das novas regras não serem respeitadas;
- Afirmou não dispor de informação suficiente sobre a **eventual aquisição do cinema de Samora Correia**. Sabe que a Câmara Municipal planeia adquiri-lo, mas não tem datas concretas.
- Mencionou que a Câmara Municipal projeta, igualmente, concretizar a aquisição do **Pavilhão da Arcas**, a exemplo do que aconteceu com outras coletividades.
- Explicou o procedimento do **programa "Verão Ativo"**. Destina-se a jovens entre os 6 e os 12 anos, tendo as inscrições sido iniciadas a 19 de junho, composto por 5 semanas de atividades, com 40 crianças em Benavente e outras 40 em Samora Correia, por cada semana. Sinalizou que as crianças apoiadas pela ação social escolar têm um tratamento diferente, estando isentas do pagamento das taxas de inscrição e do pagamento das refeições. Confirmou que, no primeiro dia de inscrições, se tinham esgotado as vagas



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

existentes, o que indicia a necessidade de ser reforçado o número de vagas a disponibilizar às crianças, não obstante o conjunto de iniciativas desenvolvidas por outras entidades, Junta de Freguesia, Grupo Desportivo de Samora Correia e ADIC. Tendente a resolver esse assunto, a autarquia tomou uma medida que pretende acabar com as inscrições presenciais e agilizar o processo, anunciando que, a partir do próximo ano, as inscrições passarão a ser efetuadas online, a exemplo daquilo que já se faz nas atividades de apoio à família, nos transportes escolares e nas refeições.

- Garantiu que **os nomes das pessoas que beneficiam de apoios não são, nem deverão ser divulgados**, no âmbito do Regime Geral de Proteção de Dados. Detalhou que tem sido uma matéria trabalhada em conjunto com o Encarregado da Proteção de Dados, que deu indicações claras de que os nomes não devem ser publicados em matérias tão suscetíveis, como a da ação social escolar;

- Assegurou que a Câmara Municipal está atenta à necessidade de ser encontrado um **local para a realização da Picaria, em Samora Correia**, sendo um tema em aberto.

- Elucidou, caso venha a ser aprovado, que o Regulamento Municipal do **sistema de bicicletas partilhadas**, incluído na ordem do dia da sessão, irá para publicação em Diário da República, a que seguirá a sua implementação efetiva, prevista após a conclusão das ciclovias e das obras dos centros históricos;

- Disse não dispor de datas previstas para o **arranque das obras de requalificação da Rua D. Paio Peres Correia**, conforme questão formulada pelo **sr. Pedro Galrito**. Tem conhecimento que existe um levantamento topográfico e que se aguarda uma inspeção de vídeo ao local, por parte da empresa "Águas do Ribatejo", passando-se posteriormente à fase de execução, logo que possível.

- Solicitou ao sr. Vereador Hélio Justino que tomasse boa nota do pedido apresentado pelo **sr. Pedro Barradas**, para ser colocado um segundo espelho retrovisor no cruzamento entre as Estradas da Carregueira com a da Samorena, de forma a melhorar as condições de segurança rodoviária no local;

Finalizados os esclarecimentos, **a sra. Presidente da Assembleia Municipal, em exercício**, dada a manifestação de interesse por parte do munícipe, questionou o **sr. Nelson Lopes** se pretendia usar, novamente, da palavra. Respondeu que prescindia da mesma.

Foi dada a palavra, novamente, ao **sr. Pedro Leal**. Solicitou a esclarecimento do tema relativo à **Fundação Padre Tobias**, sobretudo, em relação ao facto da Fundação lhes ter transmitido que a Câmara Municipal tinha dado garantias que iria ser encontrada uma resposta, através da rede pública, para fazer face ao problema das duas turmas, sem solução de continuidade no ensino pré-escolar. Compreende a abordagem possível da sra. Vereadora sobre o tema, mas como não depreendeu das suas palavras que isso iria acontecer, gostaria que lhe fosse dada essa garantia de resposta.

**A sra. Vice-Presidente** pediu desculpa por não ter elucidado bem a questão, frisando, no entanto, que não podia responder pela Fundação Padre Tobias.

O que lhe chegou a conhecimento é que existem menos 2 salas, havendo necessidade de uma resposta alternativa. Tal como já tinha referido anteriormente, a temática tem sido abordada em conjunto com a sra. Diretora do Agrupamento de Escolas de Samora Correia, num cenário de organização da rede escolar. Nesse contexto, não dispõe ainda de elementos que lhe permitam dizer com autoridade que as crianças em questão têm lugar garantido na rede pública do ensino pré-escolar. O único compromisso que poderá assumir, no momento, é o da vontade da Câmara Municipal em procurar encontrar soluções para que a rede do ensino pré-escolar possa responder ao problema colocado. Os seus esforços vão nesse sentido e tudo fará para que sejam uma realidade até meados de setembro, ainda que o quadro se mostre difícil, face ao universo de crianças que estão envolvidas no processo. Nesse contexto, reafirmou a disponibilização de um



*[Handwritten signatures and initials]*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

contacto, destinado ao acompanhamento da situação, por parte dos pais, que poderá, igualmente, ser prestado pelo Agrupamento de Escolas de Samora Correia.

O eleito **Paulo Cardoso**, por uma questão de igualdade de oportunidades, interpelou a Mesa para protestar contra o facto de ter sido dada a palavra ao munícipe anterior e não o ter sido em relação ao sr. Nelson Lopes.

**A sra. Presidente da Assembleia Municipal, em exercício**, esclareceu que o próprio munícipe, sr. Nelson Lopes, ao lhe ser perguntado se pretendia usar da palavra, tinha respondido que prescindia do uso da mesma. Confrontado com a questão, o munícipe confirmou o ocorrido. Ainda assim, foi-lhe dada mais uma oportunidade para intervir, tendo reafirmado que não pretendia fazê-lo.

Finalizado o PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO, **a sra. Presidente da Assembleia Municipal**, em exercício, agradeceu a participação do público presente, dando início ao PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

- **Apreciação e votação do projeto de ata número três barra dois mil e vinte e três**, correspondente à primeira sessão extraordinária do órgão deliberativo municipal, do corrente ano, realizada no dia vinte e seis de abril de dois mil e vinte e três.

**A senhora Presidente da Assembleia Municipal, em exercício**, lembrou que o projeto de ata tinha sido enviado, atempadamente, a todos os eleitos do órgão deliberativo, para se pronunciarem sobre o seu conteúdo, não tendo sido apresentadas quaisquer sugestões de alteração. Ainda assim, questionou se havia intenção de alguém propor alterações, o que não se verificou.

**Submetida a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade**, com vinte e um votos a favor e quatro abstenções, por ausência, dos seguintes eleitos: Irina Batista, Dora Morgado, João Amândio Cruz e Augusto José Ferreira Marques.

Deu nota que o **projeto de ata número quatro barra dois mil e vinte e três**, correspondente à segunda sessão ordinária realizada nesse mesmo dia, vinte e seis de abril, **será apreciado e votado, somente, na sessão ordinária do mês de setembro**;

**Referiu-se à correspondência recebida**, informando que a mesma se encontrava à disposição de todos os eleitos para consulta. Em caso de interesse, bastava dirigirem-se à funcionária Clara Parracho, a quem reconheceu o trabalho que tem vindo a fazer ao serviço da Assembleia Municipal.

A pedido do sr. coordenador da 3ª Comissão Específica da Assembleia Municipal, Pedro Gameiro, deu conhecimento que, em sede de Comissão, foi elaborada e consensualizada uma proposta de **Regulamento Municipal de Apoio aos Medicamentos**, que fez chegar, no dia de ontem, ao conhecimento da Sra. Vereadora Catarina Pinheiro Vale, por se tratar de um assunto ligado aos pelouros da sua responsabilidade. Com o objetivo de ser abordado o tema em conjunto, foi-lhe, igualmente, sugerida a realização de uma reunião com os elementos da Comissão, tendo já confirmado a sua disponibilidade para a data sugerida de 19 de setembro.

Passou-se ao PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS GRUPOS MUNICIPAIS, para o qual se inscreveram os seguintes eleitos: **Cristina Brandão, Paulo Cardoso, Dora Morgado, Ricardo Oliveira, António José Rabaça**.

A eleita **Cristina Brandão** apresentou os habituais cumprimentos de boas vindas. Em referência àquilo que se está a passar com a **Fundação Padre Tobias**, face à decisão de não querer dar continuidade à prestação



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

do ensino pré-escolar nas suas instalações, consultou o site da Instituição, tendo-se mostrado surpreendida por aquilo que leu, e que se transcreve: **“a creche e o jardim de infância são equipamentos de natureza sócio educativa vocacionados para apoio à família e à criança, destinados a acolher crianças até aos seis anos de idade”**. Citação que a levou a comentar não compreender como é que, na prática, cerca de setenta crianças são excluídas e impedidas de continuar a frequentar as suas instalações. Apontou, igualmente, o facto de não ter conseguido aceder às listas de inscrições relativamente aos anos mais recentes.

Ainda que considere importante a criação de riqueza para o desenvolvimento económico dos Municípios, preocupa-a aquilo que poderá constituir os custos desse crescimento, sem que estejam planeadas e criadas as condições adequadas para receber o aumento da população, que daí possa advir. Acha que é um ponto de alerta que deveria ser ponderado e acuteladas as suas consequências, nomeadamente, ao nível de infraestruturas escolares, que possam acompanhar o aumento de alunos, designadamente, em termos das valências de creches e de jardins de infância.

O eleito **Paulo Cardoso** saudou, igualmente, todos aqueles que assistiam aos trabalhos da sessão, quer de forma presencial, quer digital.

Em nome do Grupo Municipal do CHEGA apresentou um **protesto oral** à Mesa da Assembleia Municipal, pelo facto da **sessão ter sido marcada no mesmo dia e hora da sessão da Assembleia de Freguesia de Benavente, agendada, previamente**. Na qualidade de eleito, que integra os dois órgãos, considera desrespeitosa a atitude da Câmara Municipal, por não ter levado em linha de conta esse agendamento anterior, levando-o a optar por participar na sessão da Assembleia Municipal.

Deu conhecimento que o Partido CHEGA tinha feito chegar uma **participação ao Ministério Público relativa à assinatura de quatro contratos de adjudicação, por parte da Junta de Freguesia de Samora Correia**. Detalhou que a polémica gerada em torno desses quatro contratos se deve ao facto dos gerentes das respetivas empresas terem relações familiares entre eles, nomeadamente, a RESIMED, ESTUDIOJARDIM, OASISPARCELA e a HOBRIREGA, todas com sede em Vila Franca de Xira. Observou que as explicações dadas pela Junta de Freguesia em nada acrescentaram às dúvidas que continuam a existir quanto à legalidade dos contratos. A seu ver, o processo tem falta de transparência, o que justifica a comunicação ao Ministério Público, para averiguação dos termos da sua legalidade.

A propósito do trabalho desenvolvido pela 3ª CE, que apresentou soluções para a USF de Benavente, modelo A, passar a uma USF, modelo B, à semelhança do que acontece em Samora Correia, onde existe uma majoração de ordenados com diferenças bastante significativas, reparou que a sra. vice-Presidente se tinha esquecido de mencionar que, no Orçamento de 2023, tinha sido **incluída uma rubrica de 100.000 euros, para a fixação de médicos no concelho de Benavente**, por proposta do PS e do CHEGA.

No âmbito dos objetivos dessa verba, transmitiu que, até ao momento, apenas se conseguiu aliciar uma médica, de substituição, através da oferta do aluguer de uma moradia, por 1.200 euros mensais, longe, ainda, de ser atingida a totalidade da verba atribuída. Nesse sentido, questionou a Sra. Vice-Presidente, que detém o pelouro da saúde, se já tinha contactado **alguns dos médicos recém especialistas, para os cativar a virem para o concelho**, dando-lhes a conhecer esse incentivo, criado para o efeito, no valor de 100.000 euros.

**Colocou, igualmente, as seguintes questões:**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

- Em que situação se encontra o **Parque de Pesados da Murteira**. Anotou que foi celebrado um protocolo com uma associação de motards, para serem criadas condições para a sua utilização por parte dos motoristas, continuando inoperacional;
- Para quando está prevista a abertura dos **Postos de Turismo em Benavente e em Samora Correia**, sabendo que estão a ser pagas rendas de aluguer desses espaços, desde janeiro do corrente ano;
- Se já foi apresentado o **relatório de estudo do impacto económico do Festival do Arroz Carolino**, por parte da empresa contratada pelo Município, PWC-Price Waterhouse Coopers, pelo valor de 19.900 euros. Embora seja a favor desse estudo, considera o valor contratado demasiado elevado, face ao número de dias do Festival, três dias. Deu nota que, das 3 empresas contactadas, a autarquia optou por contratar a empresa com a proposta de valor mais avultado.

Por último, chamou a atenção do Executivo para uma **obra executada pela empresa Teletejo**, sita na Rua do Alecrim, em Benavente, que disse ter sido adjudicada pela Câmara Municipal. Terminou há cerca de um mês, sem ter tido a preocupação e o dever de repor as condições transitáveis, em que se encontrava antes da intervenção.

Seguiu-se a intervenção da eleita **Dora Morgado**. Cumprimentou todos os presentes, assim como os seguiam a emissão online. Dirigiu uma palavra de satisfação ao público que estava a assistir e a participar nos trabalhos da sessão.

Centrou a sua intervenção nas **condições de climatização do edifício do Palácio do Infantado, onde funciona a Biblioteca Municipal**. O espaço da Biblioteca é muito acolhedor, muito frequentado por estudantes, que ali encontram condições de tranquilidade para estudarem e fazer os seus trabalhos de pesquisa, para melhor se prepararem para os seus exames. Contudo, em termos de climatização, por diversas vezes, teve a oportunidade de insistir no desconforto que representa a ausência desse equipamento. Lamenta que assim aconteça, tanto mais que se trata de um espaço cultural que, no seu entender, deveria merecer da Câmara Municipal uma maior atenção, traduzida no reforço de investimento nessa área. Tem conhecimento que uma nova rede de ar condicionado foi instalada há algum tempo, não se sabendo qual a razão que impede o seu funcionamento.

O eleito **Ricardo Oliveira**, em primeira nota, deu as boas vindas a todos os presentes e a todos aqueles que assistiam aos trabalhos via plataformas digitais, com especial ênfase no público presente que participou na sessão, numa demonstração daquilo que considera ser a Democracia participativa.

Dirigiu uma **saudação especial ao movimento associativo do concelho**, que desempenham a sua tarefa de honrar as tradições ribatejanas, que encontram os seus símbolos no cavalo, no toiro e no campino, sendo a Festa da Amizade, em Benavente, um dos seus pontos altos. Agradeceu a todos os voluntários que trabalham por conta dessas festas.

A propósito da exposição apresentada pelo **grupo de pais sobre a Educação e o Ensino Pré-Escolar**, sublinhou que o assunto não constituía nenhuma novidade para si, não sendo mais que o reflexo da falta de planeamento que o Município tem vindo a demonstrar, em várias áreas de atuação, bem evidenciada no caso exposto, o que lamenta.

Contextualizou que o pelouro da Educação é da responsabilidade da sra. Vereadora Catarina, que o assume há vários mandatos, assim como, o Conselho de Administração da Fundação Padre Tobias integra o sr. Presidente da Junta de Freguesia de Samora Correia, participando na sua gestão direta e, desse modo, permitindo à CDU ter uma influência direta nas decisões da Fundação. No seu entender, isso invalida



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

qualquer desculpa de que não se possa estar a par desta ou daquela situação, quando a própria CDU tem um representante seu na gestão da Fundação, que toma parte das suas decisões.

Considera que as respostas que o grupo de pais pretendem deviam ter sido previstas há algum tempo atrás, não bastando aos responsáveis políticos do concelho destacarem que o Município foi o único do distrito de Santarém onde se verificou um aumento de população, quando não soube prever e preparar o território para esse crescimento. Não tendo sido acompanhado de medidas cautelares, as dificuldades fizeram-se sentir, como a falta de habitação, de creches e de lares, assim como a falta de segurança e de uma boa rede de transportes públicos, problemas que se foram acentuando à medida do aumento demográfico verificado.

Tem a perceção que os responsáveis pela gestão da autarquia pretendem passar a mensagem de que a responsabilidade é de toda a gente menos de quem gere os destinos da autarquia, há mais de 40 anos. O Município cresceu em termos populacionais, mas os seus responsáveis políticos não conseguiram preparar o concelho para os desafios que se colocam, sendo essa a razão por que a sra. Vereadora não dispõe de respostas para dar. A situação dos equipamentos existentes, ao nível dos 2º e 3º ciclos e secundário, "estão a abarrotar pelas costuras". A propósito, citou uma afirmação proferida, há algum tempo atrás, pelo sr. Presidente da Assembleia Municipal e também Diretor do Agrupamento de Escolas de Benavente, de que se corria o risco do recurso a contentores para se colocarem turmas, no próximo ano letivo. Criticou, mais uma vez, a gestão CDU, por ter elaborado uma Carta Educativa, cuja revisão atual só se justifica por ter sido dimensionada a um nível considerado irreal e errado, não prevendo a construção de mais salas para fazer face ao aumento de alunos.

Comentou a situação do setor de **Recolha dos Resíduos Sólidos Urbanos**, como sendo mais um exemplo da falta de planeamento derivado do crescimento populacional. A autarquia não adquiriu equipamentos mecânicos suficientes nem reforçou as equipas de recursos humanos, dando origem ao quadro atualmente existente, caracterizado por equipamentos insuficientes e obsoletos e contentores cheios, impossibilitando que seja prestado um bom serviço de recolha de lixo às populações, que pagam taxas para esse efeito. Não atribui, necessariamente, a culpa aos funcionários, mas, sim, à ausência de orientações por parte do poder político, que excluem o planeamento, como forma de gestão.

Por fim, anunciou que o PSD vai propor a criação da figura do "**Provedor do Município**" com o objetivo de reforçar os alicerces democráticos da governação local e estreitar os laços de confiança entre os municípios e o poder autárquico, defendendo e promovendo os seus interesses e direitos. Informou que o PSD vai formalizar essa proposta, por escrito, com a intenção de ser escolhida, pela Assembleia Municipal, uma pessoa idónea, de elevado prestígio a nível municipal, que de uma forma isenta possa desempenhar esse papel mediador entre o cidadão e a Câmara Municipal. A intenção é que o sr. Presidente da Assembleia Municipal a faça "baixar" à Comissão Específica adequada, que acredita ter o acolhimento de todos os eleitos, com o objetivo de vir a ser construído um instrumento regulador da atividade de Provedor do Município.

O eleito **António José Rabaça**, após as saudações habituais, corrigiu dois aspetos que tinham sido referidos anteriormente, durante o Período de intervenção do Público:

Primeiro: em relação ao mandato atual, **trata-se da segunda sessão descentralizada da Assembleia Municipal, que tem lugar em Samora Correia**, tendo a primeira sido realizada em fevereiro de 2022;

Segundo: não é inédita a ideia de vir a ser criado um **corpo de Polícia Municipal**, uma vez que faz parte do caderno eleitoral do PS, das últimas eleições autárquicas.

**Suscitou os seguintes esclarecimentos:**



*[Handwritten signatures and initials in the top right corner.]*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Retomando o processo relacionado com o **edifício de 12 andares, a “torre” do Arneiro dos Corvos, em Samora Correia**, recordou, citando a ata da sessão extraordinária de 26 de abril último, onde o tema foi ponto central de debate, que o sr. Presidente da Câmara tinha afirmado, na sequência de um alerta recebido do sr. comandante da Proteção Civil e deste ter vindo posteriormente a declinar qualquer responsabilidade sobre o seu relato, que iria **solicitar à ANPC-Autoridade Nacional de Proteção Civil, um parecer sobre as condições de segurança do edifício**. Na sequência, perguntou em que data seguiu esse pedido de parecer e se o mesmo já tinha chegado.

A propósito da entrevista concedida pelo sr. Presidente da Câmara ao jornal “Mais Ribatejo”, onde equacionou a possibilidade da Câmara Municipal poder vir a requalificar o Largo frontal à torre do Arneiro dos Corvos, caso as condições de socorro estivessem em risco, comentou o seguinte: - tratando-se de uma obra com dois anos, acha um desperdício de dinheiros públicos, pensar em desfazê-la; - Em alternativa, questionou se não faria mais sentido o Município planear a **aquisição de uma autoescada**, que poderia fazer face a outros edifícios, até de maior dimensão, em vez de se estar a recorrer, quando necessário, à autoescada pertencente ao Município vizinho de Vila Franca de Xira. Do seu ponto de vista, os custos que levariam a “*estragar*” a obra, acabada de ser feita, deveriam ser ponderados e canalizados para a aquisição de uma autoescada de maior capacidade.

Numa abordagem aos problemas relacionados com a deposição de **resíduos perigosos**, concretamente, nas zonas limítrofes de Samora Correia, onde existe atividade industrial, descreveu que, muitos desses resíduos, são depositados à volta dos contentores de resíduos sólidos urbanos. Nesse contexto, questionou se existe recolha desses resíduos perigosos, se aos mesmos é devido o tratamento adequado, nomeadamente, se são entregues a destinatários autorizados, e para quando se prevê um programa de sensibilização aos munícipes e aos empresários, que promova uma correta gestão de resíduos.

Referindo-se, ainda, à sessão extraordinária da Assembleia Municipal, realizada a 26 de abril de 2023, em Santo Estevão, uma vez que não obteve qualquer resposta às questões colocadas, na altura, insistiu nesses esclarecimentos, disponibilizando-se, caso a sra. Vice-Presidente não tivesse em seu poder elementos suficientes para lhe responder, que poderia fazer chegar à Câmara Municipal uma listagem, escrita, dessas mesmas questões, as quais repetiu:

- Qual o valor da avaliação feita pelos serviços da autarquia em relação ao terreno de cedência, 6,5 hectares, que consiste num povoamento consolidado de sobreiros;
- Qual o orçamento do parque urbano, a ser pago pela Câmara Municipal Benavente, que irá ser construído nesse terreno de cedência, ao lado dos armazéns logísticos, nos tais 6,5 hectares do povoamento consolidado de sobreiros;
- Se o atual PDM permite a construção de um parque urbano num povoamento consolidado de sobreiros, “*com vista para a autoestrada*”;
- O que levou a Câmara Municipal a não aplicar o Regulamento de Taxas e Licenças, nomeadamente, o art.º 56.º, poupando, desse modo, ao promotor uma compensação de cerca de cerca de 840.000 euros, que entrariam diretamente nos cofres da autarquia;
- Se já existe uma deliberação da aceitação formal da cedência dos tais 6,5 hectares;
- Se sim, se essa cedência já está registada na Conservatória.

Findas as intervenções, **a sra. vice-Presidente da Câmara Municipal prestou os seguintes esclarecimentos:**



*[Handwritten signatures and initials in the top right corner.]*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

- À eleita **Cristina Brandão** respondeu que deveria ser a própria **Fundação Padre Tobias** a esclarecer os aspetos focados. Ainda assim, teceu algumas considerações sobre a atuação do Município, relativamente à programação e ao planeamento da **área da Educação**. Como sua responsável, desde há 10 anos, o pelouro da Educação tem representado, desde sempre, para a autarquia, uma preocupação, uma motivação e uma aposta constantes, que têm marcado, de forma positiva, a sua atuação nessa área.

Em relação à **Carta Educativa**, sujeita a revisão por duas ou três vezes, fez questão de frisar que a mesma tem obrigatoriamente de passar pelo crivo do conselho Municipal de Educação, da homologação da DGESTE, e dos dois órgãos representativos do Município, onde é aprovada e onde estão representadas todas as forças políticas.

Na sequência lógica das revisões já efetuadas, a primeira entre 2009 e 2010, esse período foi marcado por uma redução significativa de alunos, dando como exemplo a Escola N.º 1 de Porto Alto, que, contrariamente, àquilo que estava previsto, em vez de ter sido ampliada para oito salas, foram construídas, somente, quatro. Atualmente, com os fenómenos que têm vindo a acontecer, que extravasaram os índices de crescimento previstos, teve de ser repensada novamente, por desajustada à realidade

Notou que a vida comunitária está sujeita a desafios, a decisões e a oscilações constantes, que se refletem no quotidiano de todos. Fatores como o da extinção das duas turmas da rede solidária, não podem ser previstos, nem tão pouco, a autarquia tem culpa do que aconteceu. Em 2013, havia mais alunos do que atualmente, no entanto, esse aumento foi correspondido com o número de salas suficiente, existente à data, o que não acontece no momento. A redução de turmas, a criação de “meias” turmas, que se subdividem, e a cedência de instalações para clubes e organismos indispensáveis ao desenvolvimento das crianças e de jovens, constituíram, igualmente, fatores que alavancaram a necessidade de ser aumentado o número de salas.

Dirigindo-se ao eleito **Ricardo Oliveira**, disse que não o “condenava” pelo papel político que lhe cumpre desempenhar, sobretudo, quanto tenta descaracterizar aquilo que tem sido o resultado da ação da Câmara Municipal. Nessa medida, respondeu a algumas das incorreções que emergiram das suas declarações. A Câmara Municipal tem apostado, de forma convicta, na área da **Educação**. A **Carta Educativa**, como mecanismo de planeamento e ordenamento prospetivo do sistema educativo, a nível municipal, sempre que se mostre necessário, tem sido revista e ajustada à realidade de todos os ciclos de ensino. No momento atual o Município vive um crescimento, idêntico ao de 2013, com a diferença de que na, altura, o número de salas era considerado suficiente, enquanto que, atualmente, não é, por força dos condicionalismos, que deu nota atrás. Contudo, garantiu que a Câmara Municipal irá operar no sentido de serem encontradas soluções que permitam ultrapassar o problema. Esse será um dos seus focos.

Ao eleito **Paulo Cardoso**, no que concerne à **participação ao Ministério Público de 4 contratos celebrados com a Junta de Freguesia de Samora Correia**, transmitiu a opinião de que deverá ser a própria Junta de Freguesia a responder sobre o assunto. Para além disso, pareceu-lhe que se tratava de um fator informativo que o Partido CHEGA pretendeu transmitir ao plenário.

Quanto à 3ª Comissão Específica e ao trabalho que foi desenvolvido no âmbito do projeto de Regulamento de apoio à fixação dos médicos, que previa a **criação de uma USF, modelo B, em Benavente**, recapitulou que, na sequência disso, o sr. Presidente da Câmara Municipal tinha reunido com o Sr. Ministro da Saúde, a quem teve a oportunidade de entregar um dossier sobre o assunto. Depois de analisado, a resposta foi que no âmbito da sua política de saúde, o Governo tenciona apostar na criação de mais USL-Unidades Locais de Saúde que, sob o ponto de vista remuneratório e de objetivos, estão ao nível da USF, modelo B.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

No âmbito do Regulamento atualmente em vigor, que prevê que os médicos possam usufruir de rendas de habitação, de transporte ou de formação, num valor correspondente aos cerca de 1.200 euros/mensais, confirmou que existe uma médica contratada no Centro de Saúde de Benavente, cujo aluguer de habitação é pago pela autarquia, não pelo valor mencionado de 1.200 euros, mas, sim, pelo valor de 1.050 euros/mês, a coberto da verba que existe em orçamento, no montante de 100.000 euros,

No que diz respeito ao trabalho de **fixação de médicos no concelho**, sublinhou o empenho e a persistência com que a Câmara Municipal tem pautado a sua ação de cativar médicos para o concelho. Contudo, as suas diligências têm-se revelado infrutíferas. Reconhece que, ao nível do ACES do Estuário do Tejo, é um problema extensivo a muitos dos seus Municípios, que têm vivido, igualmente, períodos difíceis e de sobressalto, nas questões ligadas ao setor da saúde. Contudo, pese embora as contrariedades que teimam em persistir, venceu não ter dúvidas que a autarquia irá continuar a fazer aquilo que sirva melhor os interesses da população, num caminho de procura constante de médicos que possam “apetrechar” o Centro de Saúde de Benavente, com o objetivo definido de proporcionar aos utentes de Benavente o mesmo nível de oferta, que dispõem os de Samora Correia.

Em relação ao **Parque de pesados, na Murteira, em Samora Correia**, admitiu que se trata de um assunto que não tem acompanhado. Para o seu esclarecimento, solicitou a colaboração do sr. Vereador Hélio Justino. Acrescentou, apenas, que no âmbito do protocolo assinado com a associação de motards, o trabalho a realizar seria de acolhimento aos motoristas de veículos pesados, o que pensa que esteja a ser feito.

Referindo-se aos **Postos de Turismo de Benavente e de Samora Correia**, reiterou que a intenção do Município é de proceder à sua abertura logo que terminadas as obras dos Centros Históricos das duas localidades. No de **Benavente**, decorrem ainda obras. No de **Samora Correia**, a intervenção de que foi alvo encontra-se praticamente concluída, aguardando-se que seja apetrechado com o mobiliário adequado ao uso a que se destina.

Relativamente ao **Festival do Arroz Carolino**, emendou que o estudo adjudicado não se limita apenas aos três dias do Festival, indo a sua amplitude para além desse período, que incluiu a medição do seu impacto e a dos eventos ligados ao Festival, que se vão realizando ao longo do ano. Especificou que o relatório, ainda não entregue, é feito com base na informação recolhida no local, nos alojamentos, na restauração, nos *stakeholders*. Para a sua finalização, são necessários dados fornecidos pelo Município, ao nível da contabilidade de custos, que se encontra em fase de conclusão.

Informou que lhe tinha sido entregue, somente, *um draft*, documento de trabalho, que abrange apenas o número de visitantes, caracterizando-os por faixa etária, número de inquiridos por dia, grau académico, origem. Revelou alguns dos indicadores: - 53,5% dos inquiridos são do Município, 46,5% de fora, de vários pontos do País; - 28% visitaram pela 1ª vez o Município; - 92,1% alegaram que o Festival foi a razão principal para se deslocarem a Benavente; - 27% disseram que tinham vindo pela experiência gastronómica; - 25% pelos artistas convidados; - 22% pelo convívio em família; - 37% dos visitantes indicaram que tinha sido a 1ª vez que estiveram no evento. Quando receber o estudo completo, prometeu fazê-lo chegar aos eleitos.

Em referência ao estado em que se encontra a **Rua do Alecrim, em Benavente**, confirma a existência de problemas com a empresa **Teletejo** e outras da mesma área, que demoram muito tempo a repor os pavimentos e as calçadas, que as próprias destroem para efetuar os trabalhos que lhes compete. Pese embora as muitas insistências por parte dos serviços da Câmara Municipal, solicitou ao sr. Vereador Hélio Justino que tomasse conta da ocorrência.



*[Handwritten signatures and initials in the top right corner.]*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

À eleita **Dora Morgado**, em nota curiosa, recordou que o **processo de climatização do Palácio do Infantado** tinha partido da iniciativa do Grupo Municipal do PSD. Admitiu que o processo tem sido longo, entravado desde junho de 2022, por questões relacionadas com o quadro elétrico das instalações, que não estava adaptado às necessidades do novo equipamento. Reconhece que a situação deveria ter sido acautelada atempadamente, levando à necessidade de um novo projeto e de um novo quadro com potência suficiente para a dimensão da climatização instalada. Depois dessas formalidades, se o resultado da vistoria for favorável, espera-se que, a breve prazo, o equipamento esteja a funcionar e a responder às necessidades dos seus frequentadores

Voltando à intervenção do eleito **Ricardo Oliveira**, venceu, novamente, que a educação é uma das áreas em que o Município se tem empenhado em priorizar o seu planeamento, tentando diagnosticar antecipadamente aquilo que são as suas necessidades, nunca tendo havido défice na resposta a dar aos munícipes. Atualmente e conforme já tinha referido, o Município sofre uma realidade diferente, em resultado de diversos fatores: turmas reduzidas, turmas subdivididas, clubes e organismos em funcionamento, a que acresce a atratividade pelo Município, por parte de imigrantes que, do ponto de vista demográfico, tem contribuído para o aumento acentuado da população escolar. Acredita que a **Carta Educativa** venha responder àquilo que são as necessidades futuras, aguardando-se que o documento seja sujeito a apreciação e votação da Assembleia Municipal, para que, de imediato, se possa avançar com o projeto de ampliação do Jardim de Infância da Lezíria, com mais 3 salas.

Noutro ponto, considera que o eleito avaliou de forma confusa o facto do **Conselho de Administração da Fundação Padre Tobias integrar membros da CDU**, retorquindo que o mesmo dispõe de uma autonomia própria, com órgãos sociais próprios. A Câmara Municipal não interfere na sua gestão, acompanhando, apenas, a sua atividade.

À acusação de que os responsáveis políticos não estiveram à altura na **resposta a dar ao crescimento demográfico**, replicou que, a par desse tipo de crescimento, a Câmara Municipal está a assistir a um aumento acentuado ao nível do setor da construção, recebendo, em média, por dia, cerca de 30 a 40 processos de obras. Nesse contexto, reiterou que a autarquia não deixa de se preocupar com os seus munícipes e com as chamadas "*dores do crescimento!*", tentando acompanhar todo esse processo evolutivo, com as possíveis soluções. Confessou, no entanto, alguma incapacidade para perceber o seu impacto, que se veio a repercutir no regular decurso das obras e das empreitadas.

Em relação à **recolha de resíduos sólidos urbanos**, explicou que o parque automóvel do Município, sobretudo nessa área, tem vindo a sofrer algum desgaste, com reparações constantes, o que tem limitado a ação da autarquia no processo de recolha dos vários tipos de resíduos. Tal como os eleitos, que contestam o cenário desolador a que se assiste diariamente com os resíduos espalhados pelo chão, em volta dos contentores, também, a Câmara Municipal não partilha dessa má imagem, fruto da forma descuidada como muitos dos munícipes depositam o lixo. Nesse sentido, reiterou o compromisso de reforçar o equipamento ligado ao serviço, com a aquisição de mais duas viaturas, com sistemas adaptados e adequados à nova realidade atual.

Por último, disse que concordava com o desafio lançado de **ser criada a figura do Provedor do Município**, por achar que faz todo o sentido dar voz ao munícipe.

Respondeu ao eleito **António José Rabaça**:

- Sobre a **torre do Arneiro dos Corvos**, informou que, nesse mesmo dia, se tinha deslocado uma equipa da ANPC-Autoridade Nacional de Proteção Civil ao Município para, em conjunto com os serviços municipais



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

e o projetista, inspecionarem o local. O respetivo relatório/parecer foi-lhe entregue ao início do período da tarde, tendo antecipado as suas conclusões:

- Remoção das árvores que foram plantadas no alçado principal, poente, e nas duas árvores junto da rampa, com a remoção das caldeiras;
- Alteração ou remoção de quatro colunas luminárias;
- Estudar a situação do estacionamento confinante com o alçado principal, de modo a voltar a manter a distância que existia antes da intervenção.
- Combinado com o projetista elaborar uma peça desenhada com as alterações necessárias para análise dos serviços da ANPC.

Da sua leitura, retirou a necessidade de serem efetuadas algumas alterações, face às quais a Câmara Municipal irá tomar as medidas conducentes.

Ainda na mesma área, esclareceu o eleito que a **aquisição de uma autoescada** requer uma decisão avaliada ao nível das corporações de bombeiros. Recordou que o assunto já tinha sido falado, há cerca de um ano, em sede da CIMLT, com representantes dos bombeiros. A informação transmitida é que existiam autoescadas num perímetro próximo, o que pressupunha que os recursos existentes deveriam ser rentabilizados da melhor forma possível, levando a que não fosse tomada essa opção, à data.

Ao nível da **sensibilização para a recolha dos resíduos sólidos urbanos**, admitiu ser premente o lançamento de uma campanha tendente a mais e melhor sensibilização dos munícipes, através do reforço de meios, não só de divulgação, como a criação do chamado número “verde”, no âmbito da Ecolezíria, como, também, de recursos humanos. Chamou a atenção para que, em período de atividades festivas no Município, seja natural a existência de algumas falhas pontuais, tendo em conta que as equipas têm de ser divididas para atender a um período de maior produção de lixos. Contudo, a questão é vista como sendo prioritária, transmitindo que a equipa responsável, conduzida pelo sr. Vereador Hélio Justino, está a trabalhar diariamente e a enveredar todos os esforços para minimizar aquilo que é reconhecido pela própria autarquia.

A concluir, referindo-se aos **esclarecimentos que tinha solicitado na última sessão extraordinária da Assembleia**, por não estar ao corrente de toda a informação, sugeriu que o eleito entregasse à Mesa uma listagem de todas essas questões, para a Câmara Municipal responder, por escrito, tal como alvitrado pelo próprio.

No seguimento dos trabalhos, **a sra. Presidente da Assembleia Municipal, em exercício**, questionou se o sr. Vereador Hélio Justino pretendia usar da palavra, em conformidade com a sugestão que tinha sido apresentada pela sra. Vice-Presidente.

Usando da palavra, **o sr. Vereador Hélio Justino** começou por abordar o assunto do **parque de pesados de Samora Correia**. Sintetizou que, há alguns anos atrás, a Câmara Municipal tinha investido nessa infraestrutura, em resultado de um entendimento feito com uma associação de motoristas, existente à data. Contudo, o seu funcionamento pleno foi inviabilizado por contrariedades diversas, entre as quais a dessa associação ter deixado de existir. Surgiu, depois, um grupo de motards, dinâmico, que se mostrou interessado num espaço, de forma a motivar mais os seus associados. Do diálogo mantido, havendo associados ligados à profissão de motorista, surgiu a possibilidade de se instalarem na área do parque de pesados, vindo a despoletar a criação de uma parceria com a autarquia para a sua exploração, na perspetiva de lhe vir a dar, finalmente, o encaminhamento devido. O processo de instalação da sua sede decorreu de forma rápida, que era a principal prioridade, para dar sequência a essa dinâmica, tendo sido sugerido um



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

protocolo que definisse as condições de cedência do espaço e do modelo de exploração do mesmo, trabalho que foi efetuado junto dos serviços jurídicos da Câmara Municipal, para asserto do modelo idealizado com essa associação motard. Assumiu não ter sido ainda possível concretizar aquilo que foi concertado, pelo surgimento de outras prioridades. O objetivo é procurar reunir rapidamente com o grupo motard e afinar de modo definitivo esse procedimento, que tem como ponto de partida estabelecer o tal modelo de protocolo, para se poder concluir o processo.

No que concerne à **recolha do lixo**, contextualizou que o trabalho é feito no âmbito da RESIURB, persistindo um conjunto de indefinições, em relação ao setor da recolha dos resíduos sólidos. A iniciativa anunciada em tempos do "recolha porta a porta", retrocedeu para dar lugar a outras sugestões de recolha, o que tem originado esse cenário de indefinição, em face do qual as Câmaras Municipais associadas, ainda não encontraram um caminho único. Admite que toda essa envolvência deu origem a que a autarquia tivesse "*descuidado*" um pouco o investimento nas suas viaturas, uma vez que havia a expectativa de, a todo o momento, se entrar noutro procedimento, levando à perda desse eventual investimento. Na atual conjuntura, defendeu que a única alternativa é avançar-se para esse mesmo investimento (aquisição de novas viaturas) que já está a ser trabalhado.

Ainda nesse campo, sublinhou que a preocupação não incide, apenas, nos meios mecânicos, mas, igualmente, nos meios humanos, destacando as dificuldades acentuadas em contratar motoristas de pesados, situação que se tem agravado, ultimamente, com situações de doença. Outra das dificuldades que apontou, que se têm feito sentir atualmente, ao contrário dos outros anos, é o aluguer pontual desse tipo de viaturas.

Em linha com as afirmações da sra. Vice-Presidente, sublinhou que a autarquia é a primeira a reconhecer que a situação não está bem. Pretende, no entanto, que venha a melhorar, indo envidar todos os esforços nesse sentido. A sua esperança é que, a breve prazo, a normalidade seja recuperada, contando com a ajuda de todos, sobretudo, dos munícipes, ao não depositarem os resíduos junto dos contentores, dos ecopontos e em locais indevidos.

Dada a palavra ao eleito **António José Rabaça**, disse que queria aclarar o conteúdo de algumas perguntas dirigidas à sra. vice-Presidente da Câmara Municipal, que não tinham sido respondidas. Nesse sentido, deu nota que se tinha referido especificamente aos **resíduos perigosos**, e que a **questão da sensibilização** tinha a ver com munícipes, pequenos e médios empresários. Enquadrou que tudo o que é depositado nos contentores verdes acaba em aterro, estimando-se essa operação em cerca de 1.500.000,00 euros de despesa para a autarquia, o que significa que se for feita a seleção prévia dos lixos, dará origem a uma acentuada diminuição de custos. Acresce que o óleo usado e as lâmpadas fluorescentes pertencem à lista europeia de resíduos, classificados como perigosos, tendo de ser tratados e encaminhados por uma autoridade autorizada.

Repetiu as duas questões colocadas: - se os serviços da Câmara Municipal estão a recolher os resíduos perigosos e se esses mesmos resíduos estão a ser tratados e entregues a autoridades autorizadas para os gerirem; - Quando é que a autarquia começa a sensibilizar as pessoas para a necessidade de serem selecionados os lixos, como parte interessada que é, pois quanto menos resíduos mandar no caixote verde, menos paga de deposição em aterro. Segundo a sua estimativa, cerca de 70% dos lixos depositados não são selecionados previamente.

Em resposta, a **sra. Vice-Presidente da Câmara Municipal** pediu desculpa por não ter registado as perguntas colocadas pelo eleito. Por ser da sua área de responsabilidades, solicitou, novamente, a colaboração do sr. Vereador Hélio Justino para ajudar a prestar esses esclarecimentos.



*[Handwritten signature]*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Explicou que os **resíduos considerados perigosos** não podem ser recolhidos pelos serviços municipais, porque obedecem à contratação de empresas que façam essa recolha e deposição nos locais corretos.

Quanto à **campanha de sensibilização**, informou que a mesma está definida e programada. O “número verde” só não foi ainda lançado, por não se dispor dos meios eficazes para a sua implementação. Como alternativa, a Câmara Municipal tenciona desenvolver esse trabalho de sensibilização, disponibilizando aos munícipes uma linha direta, para o efeito. De momento, não existem meios humanos direcionados para essa ação, que a tornem mais eficaz, comprometendo-se a avançar, logo que os tenha ao dispor.

O eleito **Paulo Cardoso** pediu autorização para usar da palavra, igualmente, para clarificar questões que tinham sido colocadas à sra. Vice-Presidente, tendo sido autorizado a fazê-lo.

Mencionou que a referência à **Rua do Alecrim**, tinha por base o facto de se tratar de uma obra adjudicada pela autarquia à empresa **Teletejo**, para colocação de uma rede de comunicações, que depois de terminada, ainda, não tinha procedido à reposição da calçada danificada. No seu entender, a empresa, face ao período de tempo decorrido, já deveria ter feito esse serviço. Como não o fez, a fiscalização municipal deveria ter atuado. Os cidadãos têm o direito de ter as suas ruas em condições transitáveis, sendo para isso que pagam os seus impostos. Recomendou que se faça uma fiscalização exaustiva às obras que vão sendo realizadas.

Sobre os **Postos de turismo**, tendo em conta que vão ser colocados à disposição da população, depois de concluídas as obras dos centros históricos, porque motivo se estão a pagar rendas de aluguer desde janeiro passado.

Reportando a situação do **parque de pesados da Murteira**, retorquiu que não se tinha referido à associação dos motards, mas, sim, a um protocolo celebrado há dois anos atrás, por via do qual a autarquia se comprometeu a dotar o local de infraestruturas sanitárias e de condições para os motoristas pernovernarem, trabalho, esse, que até ao momento não foi feito. Completou, afirmando que tudo aquilo que se encontra executado, tem sido graças à ajuda da Câmara Municipal e à força de vontade dos motards.

Comentou que os munícipes iriam sair da sessão com “*promessas cheias de nada*”, com justificações de “*Cartas Educativas*” que, certamente, não convenceram o grupo de pais que estava presente. Revê-se na sua preocupação de não ter onde deixar os seus filhos, quando chegar a setembro e não forem **colocados numa creche ou jardim infantil**. A seu ver, os munícipes têm razão para se sentirem defraudados, face àquilo que insinuou serem as habituais respostas indefinidas da Câmara Municipal: “*Vamos ver, vamos analisar, vamos conseguir fazer lá mais para a frente!*”

Como exemplo dessa “política”, apontou a **requalificação da sede do Rancho Saia Rodada**, para cuja obra, em 2021, foi aprovada pela Câmara Municipal uma verba orçamental de 400.000 euros, que não se concretizou. Em 2022, passou a 500.000 euros e na Revisão orçamental agendada para a sessão, esse valor vem acrescido de 100.000 euros, perfazendo o total de 600.000 euros. Deixou a pergunta se não era altura da autarquia começar a projetar obras, que sejam exequíveis e ao nível da população existente.

Num último considerando, desta vez, sobre a **necessidade de serem procurados médicos que se queiram fixar no Município**, questionou se, aquando da homologação das suas notas de especialidade, verificada recentemente, a sra. Vice-Presidente, como responsável do pelouro, tinha ido procurá-los e dar-lhes a conhecer que a Câmara Municipal dispunha de uma verba de apoio à sua fixação no Município, com benefícios ao nível da habitação, transporte e outros. Instou a autarquia a ser mais proactiva, a insistir na resolução, a encontrar soluções no imediato, não só de futuro, como é o caso da Carta Educativa.

**A sra. vice-Presidente da Câmara Municipal**, face às questões suscitadas, afirmou o seguinte:



*[Handwritten signatures and initials in the top right corner.]*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Que as obras promovidas, quer, pela Câmara Municipal, quer, pelos particulares, são sempre fiscalizadas pelos respetivos serviços competentes. No caso concreto da **Rua do Alecrim, em Benavente**, irá solicitar a atuação dos serviços de fiscalização, para que seja avaliada a origem da obra, se é municipal, ou, particular.

Que em relação às **rendas de aluguer dos Postos de Turismo**, o **de Samora Correia** irá ser instalado no Palácio do infantado, não havendo, por isso, lugar ao pagamento de renda. Ao invés desse, o **de Benavente** será instalado numa casa alugada para o efeito, tendo sido necessário assinar o contrato mais cedo, devido às obras de adaptação previstas, efetuadas por administração direta, o que tornou o procedimento um pouco mais moroso, justificável por uma questão de economia de custos. Como as obras da Praça da República se encontram em fase de conclusão, espera que os dois timings coincidam entre si.

Prosseguindo, refutou que, contrariamente, ao insinuado pelo eleito, as Cartas Educativas eram “*uma mão cheia de tudo*”. Defendeu o impacto estratégico que geram na gestão educativa do Município, além de possibilitarem, depois de aprovadas pelos órgãos representativos do Município e homologada pela DGESTE, o recurso a fundos comunitários para a construção ou requalificação do parque escolar, existindo uma obrigação legal de cada Município as fazer.

É lógico que a sua preocupação com o problema existe, consciente das implicações que acarreta na vida dos pais, mas, ao mesmo tempo, focada na vontade de o resolver e de procurar soluções, na esperança que seja encontrada uma solução. Contudo, percebe que não pode garantir que os seus educandos tenham entrada assegurada na rede pública de ensino, por ser um processo que obedece a critérios de candidatura, que têm de ser respeitados, não podendo transmitir a ideia que o problema será resolvido para todos. Repetiu que na reunião, que irá ter lugar no dia seguinte, com o sr. Delegado da DGESTE, o assunto será abordado.

Relativamente à **obra do “Saia Rodada”**, recordou que, na sua fase inicial, o projeto era considerado ambicioso, tendo sido orçamentado com a verba de 400.000 euros. A crise económica que se instalou veio disparar o valor das empreitadas, com o aumento dos custos de materiais e de mão de obra, dando origem a que muitos concursos tivessem de ser relançados, como foi o caso, o que justificou que a sua rubrica tenha sido reforçada para 600.000 euros. Espera que a circunstância do novo concurso não volte a ficar deserto, para que o mesmo possa avançar no caminho da sua concretização. Sublinhou a importância que a obra representa para a coletividade, assim como, para o Município, uma vez que o projeto contempla a construção de um anfiteatro, que a Câmara Municipal tenciona colocar ao serviço da comunidade.

Quanto à questão da **saúde e do aliciamento dos médicos**, expressou que, ao longo dos últimos 10 anos, a ação da autarquia se tem afirmado nessa matéria, de forma presente e constante, com a vinda de alguns médicos para o Município, por via de um trabalho de aliciamento, seu e do sr. Presidente da Câmara, com a intervenção direta das Direções Executivas do ACES do Estuário do Tejo e da ARS-Administração Regional de Saúde, embora alguns tenham vindo a optar, mais tarde, por outras soluções.

O eleito **Ricardo Oliveira pediu autorização para fazer uma interpelação à Mesa**, que foi aceite, e que se reproduz na íntegra:

“Sra. Presidente, em exercício, já não é a primeira vez, que o não cumprimento dos tempos destinados aos Grupos Municipais e à Câmara Municipal faz com que as sessões da Assembleia Municipal se prolonguem em demasia, sendo vinte e três horas e trinta minutos, sem termos entrado sequer no Período da Ordem do Dia. Já aconteceu no passado, voltou a acontecer hoje. A Mesa da Assembleia Municipal tem de ser mais rigorosa naquilo que é a gestão dos tempos de cada bancada, até porque a representatividade de cada



*[Handwritten signatures and initials in the top right corner.]*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

bancada, dada pelo povo nas urnas, faz-se também refletir nos tempos que são utilizados. Acho natural haver uma certa condescendência, mas permitir que a Câmara Municipal use da palavra neste ponto em concreto, durante quarenta minutos, quando o Regimento prevê que fale quinze minutos, sendo, portanto, um exercício ao poder de síntese, por parte da sra. Vice-Presidente. Disse mais o sr. Vereador Hélio Justino, em dois minutos, quando falou no púlpito, do que a Sra. Vice-Presidente em quarenta. Repetem-se as coisas, repisam-se, dizem-se e muitas vezes os esclarecimentos, face às perguntas que são feitas, são nulos. Acontece, também, que durante o período de acompanhamento da atividade da Câmara Municipal, há muitos assuntos expostos no PAOD-Período de Antes da Ordem do Dia que poderiam ser colocados na atividade da Câmara, porque se está a questionar a atividade da Câmara, tendo um ponto próprio no Regimento. As próprias bancadas podem também ter mais atenção a isso, incluído a do PSD. Para quem está a assistir às reuniões, não é razoável o que está outra vez a acontecer, até porque a questão fundamental é que depois de tanto falar, nós ficamos a saber o mesmo.”

**A sra. Presidente da Assembleia Municipal, em exercício**, tomou boa nota das declarações do eleito **Ricardo Oliveira**.

Terminadas as intervenções, deu continuidade aos trabalhos com a APRESENTAÇÃO, APRECIACÃO E VOTAÇÃO DE PROPOSTAS DE DOCUMENTOS:

Na sequência do já referido anteriormente, **a sra. Presidente da Assembleia Municipal, em exercício**, apresentou uma **Proposta de Moção, da iniciativa do Grupo Municipal da CDU, de solidariedade para com os trabalhadores da empresa CTR-Consultoria técnica e Representações, Lda., com instalações fabris em Samora Correia**. Procedeu à sua leitura, o eleito **Paulo Reis**.

Aberto o debate para a discussão do documento, inscreveram-se os eleitos **António José Rabaça e Ricardo Oliveira**.

O eleito **António José Rabaça** revelou que o Grupo Municipal do PS está a preparar uma proposta de **Recomendação**, a apresentar na sessão da Assembleia Municipal de setembro, visando o acompanhamento dos trabalhadores da empresa em questão (CTR), por parte da Câmara Municipal e que, logo que possível, lhes seja prestado o apoio que, no âmbito das suas competências, a Lei o permite.

Disse, ainda, que esperava, da parte da CDU, que governa o Município há 44 anos, que em vez de trazer “*gasolina para cima da fogueira*”, trouxesse uma ajuda àqueles que estão numa situação, que poderá vir a ser dramática, com a qual o Grupo Municipal do PS se solidariza. Não compreende que, na última sessão da Assembleia Municipal, quanto o eleito Pedro Gameiro afirmou que tinha dito à sra. Vereadora para não assinar o protocolo de apoio aos medicamentos, a bancada da CDU, na altura, teceu grandes considerações que a Assembleia Municipal não “mandava” na sra. Vereadora e que o eleito não podia estar a dar ordens à sra. vereadora. No mesmo sentido, o Grupo Municipal do PS não aceita que se exija a intervenção da ACT-Autoridade para as Condições no Trabalho, tendo questionado se havia indícios para duvidar da atuação da ACT, se estava ou não a atuar ilegalmente ou se estava ou não a fiscalizar essa empresa. Com base nesse e noutros pressupostos fletidos na Moção, o Grupo Municipal do PS transmitiu que iria votar **contra**.

O eleito **Ricardo Oliveira** expressou que a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU não o surpreende, por ser o reflexo daquilo que é a atuação política do PCP a nível nacional, que se traduz numa defesa única dos trabalhadores, como se mais ninguém os defendesse no País, e na diabolização dos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

patrões. Homens e mulheres que geram empresas, criando postos de trabalho, criando riqueza por esse País fora, mas que são diabolizados pelo PCP.

Por outro lado, considera que é este tipo de discurso que está também a "enterrar", cada vez mais, o PCP, com resultados visíveis nas "urnas", eleição após eleição, mostrando ao PCP o lugar onde devem estar as suas ideologias, completamente ultrapassadas e que prejudicam as economias desenvolvidas e as democracias, como Portugal.

Perante a situação, afirmou que o PSD manifestava a sua solidariedade total para com os trabalhadores, sejam eles quais forem, vítimas de qualquer injustiça ou de despedimento, mas, ao mesmo tempo, também, considera que devem ser ouvidos aqueles que gerem as administrações. Nesse aspeto, tem dúvidas que o sr. Presidente da Câmara Municipal de Benavente, que se gaba de ser muito diplomata com os empresários do concelho, concorde, sequer, que a Moção apresentada pelo seu Partido, seja votada. Na sua perspetiva, o que faz sentido é aprofundar os problemas, tanto mais que a CDU tem responsabilidades acrescidas, porque gere o concelho, devendo-se ir junto das administrações procurar perceber os problemas existentes, contribuir para a resolução e não para o acicatar dos ânimos. Crê que esse tipo de atitudes afasta e afugenta os mesmos empreendedores que, ao mesmo tempo, querem captar para o concelho.

Concluindo, disse que a posição do Grupo Municipal do PSD é de não aceitar que se faça política com esses temas que dizem respeito à vida das pessoas e às dificuldades que estão a passar, tanto os trabalhadores, como aqueles que gerem as empresas, os quais, muitas das vezes, passam por aflições, por não conseguirem resolver os problemas às pessoas, que têm a seu cargo.

**Para responder às alegações dos dois eleitos, interveio o eleito Paulo Reis.** Defendeu que aquilo que se procura deliberar no final não é diabolizar os patrões, sendo a questão principal a destruição dos postos de trabalho e o impacto económico e social que possa provocar no concelho. Contudo, se para a aprovação da Moção, o foco for o pedido de intervenção da ACT e a questão dos patrões, propôs aos eleitos a retirada desse parágrafo. Reafirmou que a questão essencial incide na preocupação com as pessoas, com as famílias, com os filhos, com as remunerações, com os postos de trabalho e com o impacto que poderá ter no concelho, não sendo nada contra os patrões.

Por outro lado, assinalou que é preciso perceber os argumentos da nova Administração que comprou, recentemente, a empresa, que justifiquem os despedimentos, que levantam alguma suspeição e alguma preocupação. Reiterou a intenção de ser retirado, na íntegra, o parágrafo que menciona os patrões, os princípios constitucionais, a proteção dos trabalhadores, dos seus direitos, colocando-se a Moção nesses termos.

Seguiu-se a intervenção do eleito **Pedro Gameiro**. Em nome do Grupo Municipal do PS informou que não aceitava a revisão da Moção em discussão, por duas razões que explicou: a primeira por achar que não houve uma preparação na sua elaboração. No seu entender, o eleito Paulo Reis, como coordenador da 1ª Comissão Específica, ligada às atividades económicas, poderia ter resolvido a situação de outra forma, chamando algum dos administradores à Comissão, com o objetivo de ser inteirada daquilo que se está a passar; a segunda, por crer que o assunto está exposto de forma superficial e não aprofundada.

Por último, pediu autorização para intervir o eleito **Mário Pereira**, que foi concedida.

No momento, **a sra. Presidente da Assembleia Municipal, em exercício**, por se estar a aproximar as zero horas, **solicitou autorização ao plenário para o prolongamento dos trabalhos por mais uma hora**, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art.º 30.º do Regimento.



*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Ouvido o plenário, **quer o eleito Pedro Gameiro, do Grupo Municipal do PS, quer o eleito Ricardo Oliveira, do Grupo Municipal do PSD**, pronunciaram-se contra esse prolongamento, por considerarem que as matérias constantes da ordem do dia eram demasiado importantes, para serem apreciadas e votadas no período de, apenas, uma hora. O eleito **Ricardo Oliveira** invocou, mais uma vez, o motivo da falta de gestão dos tempos de intervenção, para os trabalhos da sessão terem de prosseguir por mais uma reunião, nos termos do n.º 1 do art.º 30.º do Regimento.

**Pelo Grupo Municipal da CDU**, pronunciou-se o eleito **Mário Pereira**. Dispensou os comentários sobre a gestão dos tempos, porque já teve a oportunidade de transmitir ao plenário a sua opinião sobre o assunto. Partilhou da opinião de ser necessário marcar uma nova reunião, tendo alertado para a existência de matérias que carecem de aprovação por parte do órgão deliberativo, até ao final do mês de junho. Nesse sentido, sugeriu que fosse marcada para o dia seguinte, 28 de junho.

**O Grupo Municipal do CHEGA, pela voz da eleita Cristina Brandão**, concordou igualmente que fosse agendada nova reunião, para o dia seguinte, 28 de junho.

**O representante único da CIMB, Bruno Nepomuceno**, corroborou da opinião de todos, de que os trabalhos da sessão tivessem continuidade numa nova reunião, a ter lugar no dia seguinte, 28 de junho.

**A sra. Presidente da Assembleia Municipal** perguntou mais uma vez se todos concordavam com a decisão de haver uma segunda reunião da sessão de junho, a ter lugar no dia seguinte, 28 de junho, tendo em conta que os eleitos que integram o Grupo Municipal do PS não poderiam comparecer a 29 de junho e de haver a necessidade dos documentos de Prestação de Contas serem objeto de apreciação e votação, até ao dia 30 de junho. O plenário pronunciou-se favoravelmente, por unanimidade, ficando assente que os trabalhos terminariam a seguir à discussão da Moção, prosseguindo no dia seguinte com o Período da Ordem do Dia, no mesmo local, Centro Cultural de Samora Correia, às 20.30 horas.

Antes de prosseguir a discussão da Moção, o eleito **Mário Pereira** expressou a opinião de que a Mesa deveria ter interrompido os trabalhos para questionar o plenário sobre a possibilidade do prolongamento da sessão, somente, depois de terminada a discussão e votação da Moção.

**A sra. Presidente da Assembleia Municipal** sublinhou que o tinha feito no cumprimento do Regimento, uma vez que se aproximavam as zero horas e o plenário tinha de se pronunciar nesse sentido, até essa hora.

Retomando a palavra, o eleito **Mário Pereira** procurou defender o teor do documento. Lançou a “*bicada*” àqueles que se dizem democratas e que tentam forçar a “*colagem*” da sigla do PCP à da CDU, numa tentativa de menosprezar a sua imagem. Como independente que é e não seu militante, elogiou o trabalho do PCP, durante toda a ditadura, que permite que hoje se viva em democracia. Considera que foi o partido mais importante nessa luta, sendo essa a honra que lhe deve ser atribuída e não a conotação pejorativa que se pretende transmitir, sem qualquer intenção de tirar o mérito aos restantes políticos, do PS, PSD ou do CDS-PP.

Voltando à Moção, refletiu que nem o PS, nem o PSD, estão interessados nos trabalhadores, porque não gostam que os patrões sejam chamados à razão, porque ideologicamente estão sempre do lado dos patrões. A CDU, até nisso, preocupada que está com o despedimento dos trabalhadores e dos problemas familiares que daí resultam, sendo esses que têm de ser o alvo da sua solidariedade, propôs-se retirar esse parágrafo que incomoda os demais partidos, mas nem isso os leva a aceitar. Reforçou mais uma vez, que é o PCP quem defende os trabalhadores, não sendo só os senhores do dinheiro que desenvolvem o País, mas



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

também a força daqueles que trabalham e que fazem gerar riqueza. Há que haver solidariedade com esses trabalhadores, que irão ser despedidos.

Quanto ao papel que poderia ter sido desempenhado pela 1ª Comissão Específica, alvitado pelo eleito Pedro Gameiro, considera que as Comissões Específicas não se devem sobrepor à Assembleia Municipal. Não aceita, igualmente, que o PS venha dizer que a CDU não pode reverter o conteúdo da Moção, podendo, quanto muito, manter uma posição contrária.

Na sua perspetiva, das opiniões que foram partilhadas pelo PS e pelo PSD, ficou demonstrada a sua não preocupação com os trabalhadores. Para tudo apontam "o dedo" à gestão da CDU, acusando-a de ser culpada de tudo. esquecendo-se que, ambos, têm governado o País em sucessivos momentos. À parte disso, sinalizou, novamente, que a CDU estava disposta a retirar a parte do texto da Moção que menciona os empresários, como forma de viabilizar a sua aprovação. Rematou, afirmando que se a proposta não for acolhida, será uma prova em como não defendem os trabalhadores.

O eleito **Ricardo Oliveira** pronunciou-se sobre a eventual emenda do texto da Moção. Vincou que, na sua intervenção, nunca se tinha referido a um parágrafo concreto, incidindo a sua divergência de fundo com todo o teor do texto. Acusou a CDU de "ver só um lado das coisas", o que considera ser típico dos regimes socialistas, sendo essa a razão por que a esquerda radical não vinga em lado nenhum, precisamente, por causa do tipo de discurso que tinha acabado de ser proferido pelo eleito Mário Pereira.

Julga que não é a emenda de um parágrafo, ou a emenda de uma palavra ou outra, que irá mudar a opinião do PSD relativamente àquilo que é a ideia sobre as empresas e sobre os trabalhadores, que transparece da Moção. Questionou se o PCP já tinha reunido com esses trabalhadores e com a administração, bem como se já tinha feito algum elo de ligação entre as duas partes, achando que não.

O eleito **Paulo Cardoso** mostrou-se incomodado por aquilo que chamou de aproveitamento político que a CDU teima em fazer em relação à desgraça dos trabalhadores. Criticou, a propósito, uma atitude tomada pelo ex-secretário Geral do PCP, Jerónimo de Sousa, quando trabalhou na empresa Saint-Gobain, onde aconteceu um despedimento coletivo, nunca se tendo visto nas ações de protesto, que tiveram lugar à época. Alegou que nunca iria votar uma proposta onde vê nela um aproveitamento político, acentuando que a ação dos eleitos da Assembleia Municipal deve ser centrada naquilo que é público e não naquilo que é privado, que é o caso.

A concluir o debate, foi autorizado a intervir, o eleito **António José Rabaça**. Em primeiro lugar, lembrou que o Grupo Municipal do PS tinha acabado de informar o plenário que estava a preparar uma Recomendação para a Câmara Municipal acompanhar esses trabalhadores. A questão central é que se a Moção conseguisse fazer a sua readmissão, não tinha dúvidas que a subscrevia de imediato, contudo, considera que o seu teor vai acicatar ainda mais os ânimos, prejudicando os trabalhadores. Em segundo lugar, sublinhou que seria a primeira vez, em dez anos que acompanha a Assembleia Municipal, que uma Moção seria corrigida e aprovada "na hora!".

Sujeita a votação, foi a **Moção de solidariedade para com os trabalhadores da CTR-Consultoria Técnica e Representações, Lda.**, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, **rejeitada, por maioria de votos**, com dezasseis votos contra, sendo sete do PSD, cinco do PS, três do CHEGA, um da CIMB e nove votos a favor da CDU.

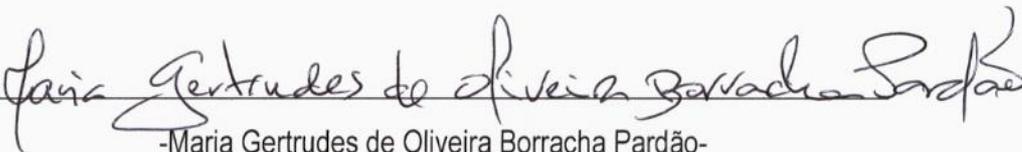
Nada mais havendo a tratar, **a sra. Presidente da Assembleia Municipal de Benavente, em exercício**, despediu-se de todos os presentes, agradecendo a sua participação nos trabalhos da sessão. Deu por encerrada a primeira reunião da sessão pelas vinte e três horas e cinquenta e sete minutos, da qual para



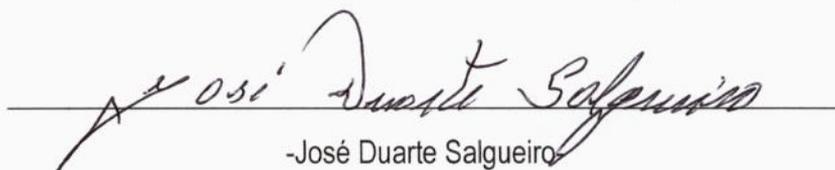
## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

constar e para os demais efeitos, se lavrou a presente ata, que foi apreciada e votada na sessão ordinária realizada no dia vinte e seis de setembro de dois mil e vinte e três, tendo sido aprovada, por unanimidade. A mesma foi rubricada e assinada por todos os membros da Mesa da Assembleia Municipal e por mim, Maria Clara Casanova Parracho da Silva Lourenço, coordenadora técnica designada para lavrar as atas, que a elaborei e subscrevi.

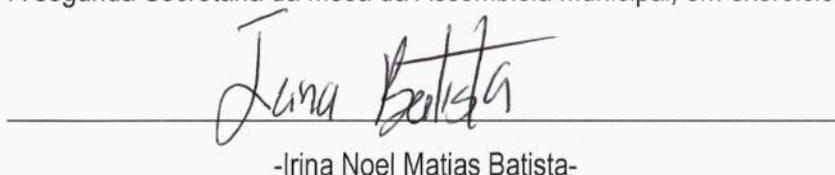
A Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Benavente, em exercício,

  
-Maria Gertrudes de Oliveira Borracha Pardão-

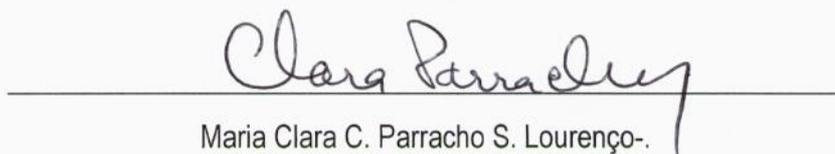
O Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, em exercício,

  
-José Duarte Salgueiro-

A segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, em exercício,

  
-Irina Noel Matias Batista-

A coordenadora técnica,

  
Maria Clara C. Parracho S. Lourenço-